

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS SOBRE MÚTUA ISENÇÃO DE VISTOS
PARA PORTADORES DE PASSAPORTE COMUM**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Emirados Árabes Unidos
(doravante denominados as “Partes”),

Desejando desenvolver as relações bilaterais e fortalecer a cooperação existente entre os dois países;

Confirmando sua intenção de isentar de visto de entrada os nacionais dos dois países portadores de passaportes comuns;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Nacionais de ambas as Partes portadores dos seguintes passaportes estarão isentos de vistos para fins de turismo, trânsito ou visita de negócios.

- a) Para os nacionais dos Emirados Árabes Unidos: passaportes comuns válidos por período não inferior a seis (6) meses;
- b) Para os nacionais da República Federativa do Brasil: passaportes comuns válidos por período não inferior a seis (6) meses.

Artigo 2

1. Cada uma das Partes deverá permitir que os nacionais da outra Parte portadores dos passaportes mencionados no Artigo 1º possam entrar, sair e transitar pelo seu território sem visto e sem qualquer tipo de cobrança de taxas.

2. Cada uma das Partes deverá permitir que os nacionais da outra Parte portadores dos passaportes mencionados no Artigo 1º possam permanecer em seu território, sem visto, por período máximo de noventa (90) dias a cada doze (12) meses, a partir da data de primeira entrada em seu respectivo território.

Artigo 3

Para os fins do presente Acordo:

1. "Fins de turismo" fica aqui entendido como viagem com caráter recreativo, informativo, cultural e com outros objetivos que não caracterizem exercício de atividade remunerada por fontes locais no território da outra Parte.

2. "Fins de trânsito" fica aqui entendido como a necessidade que venham a ter os nacionais de uma das Partes de transitar pelo território da outra Parte para atingir o país de destino.

3. "Visita de negócios" fica aqui entendida como visita de nacionais de uma das Partes, que não exerçam atividade remunerada no território da outra Parte, para prospeção de oportunidades comerciais, participação em reuniões, assinatura de contratos, assim como para o exercício de atividades de coordenação ou administração.

4. O presente Acordo não se aplica a nacionais de ambas as Partes que desejarem exercer atividade remunerada, ser empregado, desenvolver pesquisa, estagiar, estudar, desenvolver trabalho social, prestar assistência técnica, exercer atividade missionária, artística ou religiosa no território na outra Parte.

Artigo 4

1. As duas Partes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus passaportes mencionados no Artigo 1º, em no máximo trinta (30) dias após a data entrada em vigor do presente Acordo.

2. Caso haja introdução de novo passaporte ou modificação dos existentes, cada uma das deverá enviar a outra Parte espécimes desses novos passaportes antes da data de sua entrada em circulação.

3. Ambas as Partes deverão noticiar a outra Parte em caso de alteração em suas leis ou regulamentos domésticos relacionada aos passaportes mencionados no Artigo 1º antes da entrada em vigor de tal alteração.

Artigo 5

Os nacionais das Partes portadores de passaportes válidos mencionados no Artigo 1º não poderão realizar qualquer tipo de trabalho ou estudar no território da outra Parte, a não ser que obtenham a autorização necessária, de acordo com o previsto nas leis e regulamentos pertinentes no país anfitrião.

Artigo 6

1. Os nacionais das Partes deverão entrar no território da outra Parte apenas pelos pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.
2. Os nacionais das Partes portadores dos passaportes mencionados no Artigo 1º deverão cumprir as leis e regulamentos vigentes no território da outra Parte durante a sua estada.

Artigo 7

1. Ambas as Partes têm o direito de negar a entrada ou a permanência em seu território de portadores dos passaportes mencionados no Artigo 1º considerados indesejáveis ou "persona non grata".
2. Caso o passaporte de um nacional de uma das Partes seja perdido ou danificado no território da outra Parte, o indivíduo deverá informar as autoridades competentes daquela Parte para que as medidas cabíveis possam ser adotadas. A Missão diplomática ou Repartição consular de seu país deverá emitir um novo passaporte ou documento de viagem aos seus nacionais, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, bem como deverá informar as autoridades competentes da Parte anfitriã.

Artigo 8

Ambas as Partes deverão expressar sua disposição em assegurar o mais alto nível de segurança de seus passaportes e documentos de viagem contra falsificações. Deverão considerar o padrão mínimo de segurança recomendado pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para documentos de viagem com leitura mecanizada.

Artigo 9

O presente Acordo não afeta os direitos e obrigações das duas Partes relativos a convenções e acordos internacionais dos quais uma ou ambas sejam parte.

Artigo 10

Qualquer divergência relacionada à interpretação ou aplicação do presente Acordo deverá ser resolvida por meio de consultas e negociações entre as duas Partes, por via diplomática.

Artigo 11

1. Qualquer emenda ao presente Acordo deverá ser objeto de consenso entre as duas Partes, pela via diplomática.

2. As emendas entrarão em vigor conforme estabelecido pelo Artigo 12 do presente Acordo.

3. Por motivos de segurança, ordem ou saúde públicas, qualquer das Partes poderá suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo no seu todo ou em parte. Tal suspensão deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a maior brevidade possível. A suspensão não afetará os nacionais dos dois países que residam no território da outra Parte.

Artigo 12

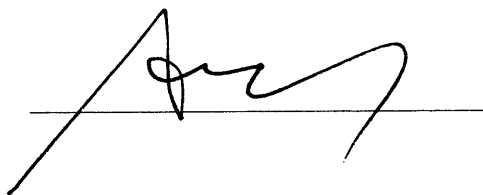
1. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recebimento da segunda nota diplomática pela qual as Partes se informam que foram cumpridos os respectivos requerimentos legais internos necessários para a sua entrada em vigor.

2. O presente Acordo terá validade por tempo indeterminado. Qualquer uma das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática, por escrito. A denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data de recepção da notificação pela outra Parte.

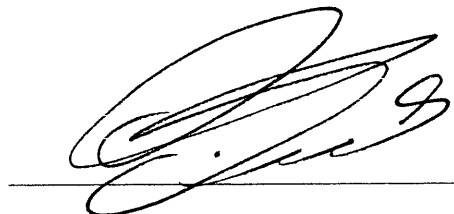
Em testemunho do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, em 16 de março de 2017, em dois originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, a versão em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



PELO GOVERNO DOS EMIRADOS
ÁRABES UNIDOS



**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED ARAB
EMIRATES ON MUTUAL EXEMPTION OF ENTRY VISA REQUIREMENTS
FOR HOLDERS OF ORDINARY PASSPORTS**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

the Government of the United Arab Emirates
(hereinafter jointly referred to as the "Parties"),

Desiring to develop the bilateral relations and strengthen the existing
cooperation between the two countries;

Confirming their willingness to exempt the nationals of their two countries
who are holders of ordinary passports from entry visa requirements to enter each other's
territory;

Agree as follows:

Article 1

The nationals of the two countries who are holders of the following passports shall
be exempt from visa requirements, for purposes of tourism, transit or business affairs:

- a) For nationals of the United Arab Emirates: ordinary passports which are still valid
for a period of not less than six (6) months.
- b) For nationals of the Federative Republic of Brazil: ordinary passports which
are still valid for a period of not less than six (6) months.

Article 2

1. Each Party shall allow the other Party's nationals who are holders of the
passports specified in Article 1 to enter in, exit from and transit through its territory without
an entry visa and free of charge.

2. Each Party shall allow the nationals of the other Party who are holders of the
passports specified in Article 1 to stay in its territory without an entry visa for a maximum

period of ninety (90) days per twelve (12) month period, following the date of first entry into the respective territory.

Article 3

For the purpose of this Agreement:

1. "Tourism" shall mean travels for recreational, informative, cultural and other purposes that shall not imply carrying out a gainful activity that may result in financial obligations to local sources in the territory of the other Party.
2. "Transit" shall mean the need for nationals of one of the Parties to enter the territory of the other Party as a condition to reach their final destination.
3. "Business travels" shall mean travels of nationals of one of the Parties, who do not carry out gainful activities in the territory of the other Party, aimed at prospecting commercial opportunities, attending meetings, signing contracts, and carrying out management and administrative activities.
4. This Agreement does not apply to nationals of both Parties who wish to carry out remunerated activities or be employed, engage in research, traineeships, studies and social work, as well as undertake technical assistance, missionary, religious or artistic activities in the territory of the other Party.

Article 4

1. The two Parties shall exchange specimens of their passports which are specified in Article 1, through diplomatic channels, no later than thirty (30) days after the date of entry into force of this Agreement.
2. In case either Party introduces any amendments to its passports, it shall provide the other Party with specimens of these new passports before their introduction date.
3. Both Parties shall notify each other in case of introducing any amendments to their domestic laws and regulations pertaining to the passports specified in Article 1 prior to the entry into force of such amendments.

Article 5

Nationals of the Parties who are holders of valid passports specified in Article 1 are not entitled to work in any job or to study in the territory of the other Party unless they obtain a permission in accordance with the relevant laws and regulations applicable in the host country.

Article 6

1. Nationals of each Party shall enter the territory of the other Party only through the border points designated for international passenger traffic.
2. Nationals of each Party who are holders of the passports specified in Article 1 shall comply with the laws and regulations in force in the territory of the other Party throughout the duration of their stay.

Article 7

1. Each Party has the right to deny the entry or stay in its territory of any holders of the passports specified in Article 1 that it may consider persona non grata or undesirable.
2. In case the passport of a national of one Party is lost or damaged in the territory of the other Party, he/she shall inform the competent authority of that Party so that it can take the appropriate action. The concerned diplomatic mission or consular post of the first Party shall issue a new passport or travel document to its nationals in accordance with the applicable laws and regulations and shall inform the concerned authorities of the host Party.

Article 8

Both Parties shall express their readiness to ensure the highest level of security for their passports and travel documents against forgery. They shall take into account the minimum security standards for machine-readable travel documents recommended by the International Civil Aviation Organization.

Article 9

This Agreement does not affect the rights and obligations of the two Parties arising from international conventions and agreements to which either or both of them are parties.

Article 10

Any divergences arising from the interpretation or application of this Agreement shall be settled by consultations and negotiations between the two Parties via diplomatic channels.

Article 11

1. Any amendments to this Agreement shall be mutually agreed upon by the two Parties, through diplomatic channels.
2. Such amendments shall enter into force as provided for in Article 12 of this Agreement.

3. Either Party may suspend the application of this Agreement, either wholly or partially, for reasons of national security, public order or public health. Any such suspension shall be immediately communicated to the other Party through diplomatic channels. This suspension shall not affect the nationals of the two countries who reside in the territory of the other Party.

Article 12

1. This Agreement shall enter into force thirty (30) days after the date of receipt of the last notification in which the Parties shall notify each other about the completion of their internal legal procedures required for the entry into force of this Agreement.

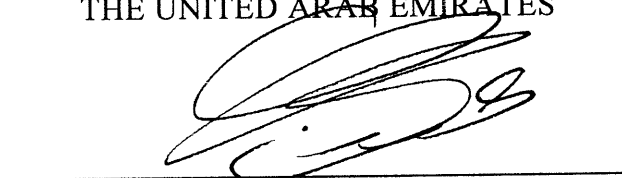
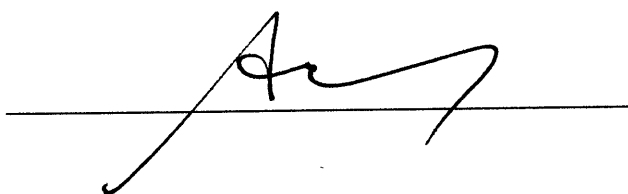
2. The Agreement has been concluded for an unlimited duration. Each Party may terminate this Agreement upon written notification communicated by diplomatic channels. In such event, the Agreement shall expire after ninety (90) days from the date of receipt of the notification of termination by the other Party.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized by their respective governments, have signed this Agreement.

Done ^{at} *Brasilia*, this day of *16* th of *March* 2017, in duplicate, each in Portuguese, Arabic and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence in the interpretation of this Agreement, the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR THE GOVERNMENT OF
THE UNITED ARAB EMIRATES



اتفاقية

بين

حكومة جمهورية البرازيل الاتحادية

حكومة الإمارات العربية المتحدة

بشأن الإعفاء المتبادل من تأشيرة الدخول لحاملي

جوازات السفر العادية

إن حكومة جمهورية البرازيل الاتحادية وحكومة الإمارات العربية المتحدة (المشار إليهما فيما بعد باسم "الطرفان/الطرفين")؛

رغبة منهما في تعزيز التعاون والعلاقات الثنائية بين البلدين؛

وإذ تؤكدان استعدادهما لإعفاء مواطني البلدين، الذين يحملون جوازات السفر العادية، من شرط الحصول على تأشيرة لدخول أراضي كل منهما؛

قد اتفقتا على مايلي:

المادة 1

يُعفى مواطنو البلدين حاملون لجوازات السفر التالية من شرط الحصول على التأشيرة لأغراض السياحة أو العبور أو الأعمال:

(أ) لمواطني جمهورية البرازيل الاتحادية: جوازات السفر العادية، والتي لا تزال سارية لمدة لا تقل عن ستة أشهر؛

(ب) لمواطني الإمارات العربية المتحدة: جوازات السفر العادية، والتي لا تزال سارية لمدة لا تقل عن ستة أشهر؛

المادة 2

1. يلتزم كل طرف بالسماح لمواطني الطرف الآخر الحاملين لجوازات السفر المحددة في المادة (1) بالدخول إلى والخروج من والممرور عبر أراضيهم بدون الحصول على تأشيرة دخول وبدون رسوم.
2. يلتزم كل طرف بالسماح لمواطني الطرف الآخر الحاملين لجوازات السفر المحددة في المادة (1) بالإقامة في أراضيهم بدون تأشيرة دخول لفترة أقصاها تسعين (90) يوماً لكل فترة اثني عشر (12) شهراً، بعد تاريخ أول دخول إلى أراضي كل منهما.

المادة 3

الغرض من هذه الاتفاقية :

1. السياحة وتعني السفر للأغراض الترفيهية والإعلامية والثقافية وغيرها من الأغراض التي لا تنطوي ضمناً على القيام بنشاط مربح قد ينشأ عنه التزامات مالية للمصادر المحلية في إقليم الطرف الآخر.
2. العبور ويعني حاجة مواطني أحد الطرفين للدخول إلى أراضي الطرف الآخر كشرط للوصول إلى وجهتهم النهائية.
3. أسفار الأعمال وتعني الأسفار التي يقوم بها أي من مواطني الطرفين، الذين لا يقومون بأنشطة مدرة للدخل في أراضي الطرف الآخر، بهدف استكشاف الفرص التجارية، وحضور الاجتماعات، وتوقيع العقود، والقيام بالأنشطة الإدارية والتنفيذية.
4. هذه الاتفاقية لا تنطبق على مواطني الطرفين الذين يرغبون في القيام بأنشطة مدرة للدخل أو التوظيف أو الانخراط في مجال البحوث والمنح التدريبية والدراسات والعمل الاجتماعي، وكذلك القيام بالمساعدة الفنية والدعوية التبشيرية، أو الأنشطة الدينية أو الفنية في أراضي الطرفين.

المادة 4

1. يتبادل الطرفان نماذج من جوازات السفر المنصوص عليها في المادة (1) عبر القنوات الدبلوماسية خلال فترة لا تتجاوز ثلاثين (30) يوماً بعد تاريخ دخول هذه الاتفاقية حيز التنفيذ.
2. في حال قام أي من الطرفين بإجراء أية تعديلات على جوازات السفر الخاصة به، يتعين على ذلك الطرف موافاة الطرف الآخر بنماذج من جوازات السفر الجديدة تلك، قبل تاريخ بدء العمل بها.
3. يلتزم الطرفان بإخطار بعضهما البعض في حال إجراء أية تعديلات على القوانين والأنظمة الوطنية الخاصة بجوازات السفر المحددة في المادة (1) قبل دخول تلك التعديلات حيز التنفيذ.

المادة 5

لا يجوز لرعايا أي من الطرفين الحاملين لجوازات السفر المحددة في المادة (1)، أن يلتحقوا بالعمل أو بأي مهنة أو ينخرطوا في الدراسة في أراضي الطرف الآخر، ما لم يحصلوا على إذن بهذا الصدد وفقاً للقوانين واللوائح المعمول بها في البلد المضيف.

المادة 6

1. لا يجوز لمواطني أي من الطرفين الدخول إلى أراضي الطرف الآخر إلا من خلال المنافذ الحدودية المخصصة للنقل الدولي للركاب.
2. يتعين على مواطني الطرفين الذين يحملون جوازات السفر المحددة في المادة 1 الامتثال للقوانين والأنظمة المعمول بها في أراضي الطرف الآخر طوال مدة إقامتهم.

المادة 7

1. يحق لكل من الطرفين رفض الدخول أو البقاء في أراضي أي من حاملي جوازات السفر المحددة في المادة (1) والذي قد يُعتبر شخصاً غير مرغوب فيه أو غير مستحسن.
2. في حال تعرض جواز السفر الخاص بأي من مواطني دولة أي من الطرفين للفقْدان أو التلف في أراضي الطرف الآخر، فإنه يتعين عليه/عليها إبلاغ السلطة المختصة لذلك الطرف بحيث يمكن اتخاذ الإجراء المناسب، وتلتزم البعثة الدبلوماسية أو القنصلية بإصدار جواز سفر جديد أو وثيقة سفر لمواطنيها، وفقاً للقوانين واللوائح المعمول بها، كما تلتزم بإخطار السلطات المعنية في البلد المضيف.

المادة 8

يلتزم الطرفان بإبداء استعدادهما لضمان أعلى مستوى من الأمن للجوازات ووثائق السفر ضد التزوير. ويتعين أن يأخذوا في الاعتبار ضمان امتثال تلك الجوازات ووثائق السفر للحد الأدنى من المعايير الأمنية لوثائق السفر المقروءة آلياً التي أوصت بها المنظمة الدولية للطيران المدني.

المادة 9

لا تمس هذه الاتفاقية بحقوق والتزامات الطرفين الناشئة عن المعاهدات والاتفاقيات الدولية الأخرى والتي يكون أي من الطرفين أو كلاهما أطرافاً بها.

المادة 10

تُسوى أية خلافات تنشأ عن تفسير أو تطبيق هذه الاتفاقية عبر القنوات الدبلوماسية.

المادة 11

- 1- يتفق الطرفان بشكل متبادل على أية تعديلات يتم إجرائها على هذه الاتفاقية وذلك من خلال المذكرات الرسمية عبر القنوات الدبلوماسية.
- 2- تدخل تلك التعديلات حيز التنفيذ على النحو المنصوص عليه في المادة 12 من هذه الاتفاقية.
- 3- يجوز لأي من الطرفين تعليق تطبيق هذه الاتفاقية سواء بشكل كلي أو جزئي، لأسباب تتعلق بالأمن الوطني أو النظام العام أو الصحة العامة. ويتعين إشعار الطرف الآخر على الفور بذلك التعليق عند فرضه عبر القنوات الدبلوماسية، على ألا يؤثر هذا التعليق على مواطني البلدين المتواجدين في إقليم الطرف الآخر.

المادة 12

1. تدخل هذه الاتفاقية حيز النفاذ بعد 30 (ثلاثين) يوماً من تاريخ استلام الإخطار الأخير من قبل الطرفين عبر القنوات الدبلوماسية؛ والذي يفيد باستكمال الإجراءات الداخلية القانونية اللازمة لدخولها حيز النفاذ وذلك حسب الأنظمة المعمول بها في كلا البلدين.
 2. تظل الاتفاقية سارية المفعول لأجل غير محدود؛ ويمكن لأي من الطرفين إنهاؤها بواسطة إشعار كتابي عبر القنوات الدبلوماسية. وفي هذه الحالة، تنتهي هذه الاتفاقية بعد تسعين (90) يوماً من تاريخ استلام الطرف الآخر لإشعار الإنهاء. إشهاداً بذلك، قام الطرفان المفوضان حسب الأصول من قبل الطرفين المتعاقدين، بالتوقيع على هذه الاتفاقية.
- حررت في مدينة **برازيل** يوم **الخميس** بتاريخ **٢٠١٦/٣/٢٧** من نسختين أصليتين باللغتين العربية والبرتغالية والإنجليزية؛ وكل النصوص متساوية في الحجية. وفي حالة الاختلاف في تفسير هذه الاتفاقية، يُرجح النص الإنجليزي.



عن حكومة
دولة الإمارات العربية المتحدة
عبدالله بن زايد آل نهيان
وزير الخارجية والتعاون الدولي



عن حكومة
جمهورية البرازيل الاتحادية
ألويزيو نونيس فريرا فيليو
وزير العلاقات الخارجية